

## Água para todos os alunos da rede pública

José Machado

A desigualdade é um problema de todos e só pode ser resolvida com políticas públicas que mobilizem todas as esferas de governo

A água que abastece a Escola Monsenhor Juarez Santos Prata, que fica no município de Lagarto, em Sergipe, é retirada de um poço e possui alta salinidade, portanto, é imprópria para consumo. Essa mesma água é utilizada nos banheiros e na cozinha, mas, para matar a sede dos alunos, a diretoria tem de comprar água mineral. Essa é uma das escolas com problemas de acesso a água que a Agência Nacional de Águas (ANA) visitou no mês passado.

A escola de Lagarto é apenas um exemplo. O último Censo Escolar do Ministério da Educação, de 2008, revelou que há mais de 800 escolas públicas sem abastecimento de água no País. Esse é mais um dos retratos das desigualdades que persistem. Não é admissível que um País com capacidade para sediar uma Copa do Mundo e uma Olimpíada ainda tenha escolas sem água. Para ajudar a enfrentar esse problema, a Agência Nacional de Águas (ANA) uniu-se ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) com o objetivo de acabar com essa disparidade até 2011.

O resultado dessa parceria é o programa Toda Escola Brasileira com Água, Banheiro e Cozinha, que integra o Pacto Nacional, cujo objetivo é articular políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal para perseguir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), em especial os que visam garantir a sustentabilidade ambiental, mediante abastecimento de água para o consumo humano.

Em um primeiro momento, com o apoio dos Estados, o programa busca identificar as escolas sem água para, em seguida, propor soluções técnicas. Uma vez que os Estados possuem as informações, elas serão enviadas à ANA para que a agência, ao analisar mapas da região, avalie qual a melhor alternativa para levar água a cada estabelecimento, ou seja, se é melhor furar um poço, fazer um açude, captar água de um riacho, por exemplo, ou ainda construir uma cisterna.

Por isso, antes de realizar essa tarefa, a ANA precisa georeferenciar essas escolas. Dessa forma, é da maior importância que as Secretarias Estaduais de Recursos Hídricos façam a identificação prévia das mesmas.

Este ano, em março, durante reunião do Pacto Nacional, em Salvador, os 11 Estados que estavam presentes aprovaram a proposta da ANA e da Unicef de assegurar que até 2011 todas as escolas públicas do semiárido, sejam da rede estadual ou municipal, tenham água de qualidade, banheiro e cozinha.

Os 11 Estados assinaram um termo de compromisso entre as Secretarias de Estado de Educação, as Secretarias de Estado de Recursos Hídricos, a Articulação do Semiárido (ASA) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para validar as informações obtidas a partir do censo escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. As informações levantadas pelo censo deverão ser checadas in loco e fotografadas, para verificação das condições estruturais. O Estado de Sergipe foi responsável pela experiência.

A desigualdade é um problema de todos e só pode ser resolvida com políticas públicas que mobilizem todas as esferas de governo, organismos e instituições relacionadas às áreas ainda afetadas pelo atraso e subdesenvolvimento, para que o País, cuja infra-estrutura se desenvolveu o suficiente para atrair eventos como uma Copa do Mundo e uma Olimpíada, não perca a corrida do desenvolvimento e possa garantir infra-estrutura mínima, como água a todos os alunos da rede pública.